

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: CONFLITOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral¹

SEOANE, JOSÉ. *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. (Org.). Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 285.

O livro organizado por José Seoane tem como origem um seminário realizado em Buenos Aires, de 16 a 18 de setembro de 2002, sob o título de *Conflicto Social, Militarización y Democracia: nuevos problemas y desafíos para los estudios sobre conflicto y paz en la región*. O mesmo foi organizado pelo Observatório Social da América Latina – Osal, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Neste evento participaram representantes de onze países da América Latina.

A promoção da pesquisa a respeito de movimentos sociais e conflitos, desde uma perspectiva regional, foi uma das preocupações dos organizadores do evento, considerando-se o papel que tais estudos ocupam na formação do pensamento crítico latino-americano nas décadas de 1960 e 1970, como também da importância adquirida pela consolidação de significativos movimentos sociais e da intensidade dos conflitos com o modelo neoliberal das últimas décadas.

A obra apresenta-se organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo reúne três textos que abordam a temática do conflito e os processos de polarização social na Venezuela, no Uruguai e no Paraguai. No primeiro artigo, Margarita López Maya reflete sobre as bases, formas e características da polarização política venezuelana no período de 2001 a 2003, assinalando os desafios que enfrentou a democracia venezuelana a partir dos acontecimentos que questionaram o governo do presidente Chavez.

No segundo artigo, Alfredo Falero realizou uma análise sobre os movimentos sociais no Uruguai, partindo de uma concepção crítica do conceito de sociedade civil e em uma particular referência às novas subjetividades sociais que parecem marcar grande parte desses movimentos. O terceiro texto, de autoria de Quintín Riquelme, analisa o processo de implementação do neoliberalismo e aprofunda-se sobre a configuração dos movimentos sociais no caso paraguaio.

¹ Doutor em História. Professor da Unoesc Campus de Xanxerê (SC). E-mail para contato: cabrera@unoescxxe.edu.br

Nas considerações de Riquelme destaca-se a importância que corresponde ao movimento campestino na “conflitividade” e mobilização social em volta do Congresso Democrático do Povo e à série de protestos que o mesmo promoveu e que implicaram na derrota da tentativa privatizadora impulsionada pelo Governo paraguaio.

O segundo capítulo da obra reúne quatro contribuições que abordam os movimentos sociais de origem rural, de maior importância na última década, na América Latina: o Movimento de Trabalhadores sem Terra – MST, no Brasil; o Movimento Cocalero, do Chapare boliviano; a experiência da Confederação de Nacionalidades Indígenas, do Equador; e o Movimento Zapatista, no México. A emergência e consolidação dessas organizações, suas formas de ação, suas bases programáticas e referenciais, suas significações nacionais e internacionais são analisadas no capítulo.

Claudinei Coletti apresentou a trajetória do MST, ao longo da década de 1990, como o principal foco de resistência ao modelo neoliberal brasileiro. Por sua vez, Humberto Vargas e Eduardo Córdoba abordaram a recente experiência dos movimentos campestinos e indígenas na Bolívia, desde a fase da experiência neoliberal até o significativo resultado que tiveram os partidos políticos emergidos de tais movimentos. De forma similar, Francisco Rhon Dávila atualiza o processo político e de conflitos que marcaram a constituição do movimento indígena equatoriano. Por último, Miguel Alvarez Gándara refletiu sobre as novas características que o zapatismo aponta, como um movimento que ultrapassa seu contexto pontual e incorpora uma ampla diversificação de demandas em nível nacional e mundial.

Assim, os movimentos sociais de origem rural, que na última década têm ocupado um lugar de destaque na luta contra o neoliberalismo, deram origem à formação de originais construções coletivas portadoras de desafios no que se refere a suas formas organizativas e de protesto, suas estruturas programáticas e referenciais (como exemplo, o caso da demanda de “autonomia” formulada pelos movimentos indígenas), suas concepções sobre política, partidos e o Estado, bem como sobre as perspectivas emancipatórias que estas colocam.

Na terceira seção, o foco foi centrado na reflexão de alguns casos nacionais nos quais os processos de militarização social e criminalização do protesto pareceram adquirir, no espaço regional, perfis mais definidos. Esses processos têm cobrado um maior impacto no marco da postulada “guerra contra o terrorismo”, promovida pelo governo norte-americano após os atentados do 11 de setembro de 2001, inaugurando uma nova fase, a qual alguns autores chamam de “neoliberalismo de guerra”. Nesse sentido, reúnem-se, no terceiro capítulo, as contribuições de Jaime Zuluaga Nieto sobre a Colômbia, Carlos Figueroa Ibarra

sobre a Guatemala e Fernando Salazar Ortuño em relação ao Trópico de Cochabamba, na Bolívia. No primeiro caso, Zuluaga realiza uma análise da chamada “política de segurança” promovida pelo governo de Álvaro Uribe, assinalando o corte militarista e suas conseqüências, ao mesmo tempo em que descreve o aprofundamento das medidas neoliberais promovidas pelo Governo na forma de uma autêntica “guerra social”.

Por outra parte, Ibarra oferece um panorama das conseqüências que a implementação das políticas neoliberais na América Central provocou em termos de aumento da pobreza e restrições da democracia, de forma particular no caso de Guatemala. Em suas reflexões, o autor articula os processos de criminalização da pobreza com a emergência do autoritarismo. Esta situação parece convergir com o projeto político impulsionado pelo general Ríos Montt, que ocupou o Governo no início da década de 1980.

Por último, Ortuño realizou uma análise das políticas de erradicação do cultivo de coca, promovidas pelos diferentes Governos bolivianos nas últimas décadas, sob as diretrizes e apoio norte-americanos. Após uma análise detalhada da situação, o autor observou a consolidação de um novo tipo de militarismo que, em benefício de uma elite política militar e de interesses financeiros internacionais, faz dos movimentos sociais o novo “inimigo interno” do Estado.

Essas situações, apesar de suas diferenças, podem ser pensadas como partes de um processo mais amplo em nível regional, que promove uma tendência repressiva impulsionadora da militarização das relações sociais e que pode abranger tanto as reformas legais que restringem liberdades democráticas e reforçam a capacidade punitiva do Estado como a criminalização da pobreza e o aumento das formas repressivas paraestatais.

No quarto capítulo abordou-se, desde diferentes perspectivas, o processo de conflito e mobilização social argentino dos últimos anos, e que teve nas jornadas de dezembro de 2001 seu ponto mais alto. Os protestos e mobilizações que marcaram esse período e que concluíram com a renúncia de Fernando De la Rúa iniciaram uma excepcional crise política que foi instituída, na década de 1990, pelo menemismo. Essa crise, sem precedentes na história Argentina, teve uma grande repercussão no cenário internacional, visto que assinalou a derrubada de um modelo que pretendeu ser exemplo para a América Latina.

Norma Giarracca – com a colaboração de Pablo Lapegna e Ana Weinstock – aborda o protesto agro-rural na década de 1990, aprofundando nas características que este apresentou em 1999 e concluindo no caráter particular desse ciclo nas jornadas de dezembro de 2001, salientando a introdução *novedosa*, em termos de representação social e política, que parece identificar as diversas experiências populares desenvolvidas posteriormente. Ao encontro dessa análise,

Nicolas Iñigo Carrera e Maria Cecília Cotarelo partiram em uma reflexão ao que eles denominaram de “insurreição espontânea”, em relação aos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001.

Os autores do livro interpretaram esses fatos como um momento de ápice dentro de um ciclo mais amplo de enfrentamentos sociais que parece iniciar-se em 1993, e concluem sua análise com um exame das características que apresentou o conflito social ao longo da primeira metade de 2002. Por outra parte, Gloria Rodríguez abordou as transformações estruturais operadas pelo neoliberalismo e a nova configuração do protesto social na cidade de Rosário, experiências de ocupação e gestão por parte dos trabalhadores de um supermercado, construindo, nesse processo, novas práticas sindicais e novas relações com diversos movimentos sociais.

No mesmo sentido, a contribuição de Orietta Favaro analisou as características que apresentaram os protestos sociais em Neuquén, ao longo dos anos 1990, assinalando o lugar de destaque dos movimentos, identificados em função de suas carências (“os sem...”), e aprofundando na descrição de experiências de ocupação e gestão de fábricas. Assim, o conjunto dessas contribuições permite identificar a amplitude e intensidade dos processos de mobilização e conflitos populares pelos quais atravessou a sociedade argentina, particularmente nos anos de 2001 e 2002. No seu conjunto, estes artigos oferecem valiosos elementos para uma melhor compreensão do debate contemporâneo.

Encerram o livro os trabalhos dedicados a debater as aproximações teórico-metodológicas referentes aos estudos do conflito e dos movimentos sociais. Neste caso, Inés Izaguirre inicia o quinto capítulo com uma análise sobre a importância de um olhar que entenda o conflito como um espaço de constituição permanente das classes sociais. A autora propõe eixos teórico-metodológicos para recuperar as noções de historicidade e periodização dos processos sociais, assim como a matriz do enfrentamento para entender a constituição das forças sociais.

Por outra parte, Carlos Walter Porto-Gonçalves, a partir do pressuposto de que o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que esta elabora suas relações sociais e de poder, aborda elementos significativos para pensar a nova configuração territorial que parece caracterizar os movimentos sociais e populares da atualidade na América Latina, assim como a redefinição da territorialidade da dominação que o neoliberalismo, como fase do capitalismo contemporâneo, trouxe atrelada.

Por último, a partir de assinalar a necessidade de nos formularmos interrogantes sobre as características e natureza contemporânea dos sujeitos sociais, dos grupos dominantes e do sistema político, Hugo Zemelman propõe um olhar

teórico-metodológico centrado no processo de constituição dos sujeitos sociais que tomam corpo na seqüência de conjunturas, e que o autor denomina como estratégia de investigação “transconjuntural”.

Todas as contribuições apresentadas no livro remeteram-se ao processo de implantação do neoliberalismo na América Latina, que teve na década de 1990 seu momento de maior extensão e radicalidade. Desde a perspectiva da análise dos movimentos sociais, a obra constitui-se como um excelente ponto de partida para interpretar a nova configuração que apresenta o protesto e os movimentos populares na região, fundamentalmente em termos de sujeitos, formas de organização e de luta, referências programáticas e horizontes emancipatórios. Neste sentido, as contribuições apresentadas possibilitam perspectivas de análise tanto sobre as possibilidades de responder a esse modelo como sobre os desafios e dificuldades que afrontam a construção de alternativas às políticas em curso.